

Algumas ponderações sobre avaliação em educação física escolar

Cláudia Renata Rodrigues Xavier¹
Christiane Caetano Martins Fernandes²

Resumo

Este texto tem como objetivo apresentar algumas ponderações sobre as quais possamos refletir acerca da avaliação escolar, especificamente na disciplina de Educação Física, por meio de um aporte teórico condizente para sua fundamentação. As discussões sobre a avaliação escolar na educação apresentam considerações que vão ao encontro das necessidades de aprendizagem dos alunos. Necessidades estas que devem ser continuamente observadas, para que o docente trace as intervenções pedagógicas adequadas à realidade encontrada. Assim, torna-se importante repensar a avaliação da aprendizagem do educando na disciplina curricular de Educação Física. Para isso, contamos com o aporte teórico de Soares et. al (1992), Castellani Filho (1998), Betti e Zuliani (2002), Luckesi (1992, 2001), Hoffmann (2005). Abordamos que a avaliação nas aulas de Educação Física Escolar deve considerar a totalidade do educando nas dimensões afetiva, cognitiva, psicológica e social, visando sua formação integral. Nesse sentido, a avaliação deve caminhar do lado oposto às práticas de ensino que enfatizam a memorização, a cópia, o treinamento, o desrespeito à diversidade, as competências individuais e principalmente o rendimento físico, na qual prioriza apenas os alunos mais aptos nas aulas de Educação Física, levando os menos aptos à exclusão. A avaliação deve ser encaminhada pelo professor para a compreensão crítica, para a criação autônoma de expressão corporal, de espírito de coletividade, ou seja, práticas que vão privilegiar a produção dos sentidos, do conhecimento, da experiência, possibilitando ao sujeito sua participação, como um ser social que se constitui por meio de um processo de relações de produções da vida humana na sua totalidade. O docente deve utilizar novas metodologias, diferentes recursos pedagógicos, além de diferenciados instrumentos de avaliação. A avaliação na Educação Física escolar deverá permear as seguintes dimensões do conhecimento: conceitual, atitudinal e procedimental de forma eficaz, com o intuito de oportunizar a efetiva aprendizagem do educando.

Palavras-chave: Avaliação escolar. Educação Física. Aprendizagem.

Abstract

This text aims to present some considerations on which we can reflect on the school assessment and specifically in the discipline of Physical Education, through a consistent theoretical basis for its reasoning. The discussions on assessment in education have considerations that meet the learning needs of the students. These needs must be continuously observed so that the teacher trace the pedagogical interventions consistent with the actual situation. Thus, it becomes important to rethink the assessment of the student learning in physical education curriculum. For this, we rely on the theoretical contribution of Soares et. al(1992), Castellani Filho (1998), Betti and Zuliani (2002), Luckesi (1992, 2001), Hoffmann(2005). We approached that the assessment in the classes of Physical Education should consider the students in their affective, cognitive, psychological and social dimensions. In this way, the evaluation should walk in the opposite side of the teaching practices that emphasize memorization, copying, training, disrespect for diversity, individual skills and

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestre em Educação pela UFMS, professora, membro do grupo de Estudos Formação e Prática – GEFPP, da linha de pesquisa Educação e Trabalho da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e atualmente técnica da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS.

² Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Especialista em Coordenação do Trabalho Pedagógico na Escola, professora e atualmente técnica da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS e membro e do grupo de pesquisa FLLIPE- Fenomenologia, Formação, Linguagem Lúdica e Interdisciplinaridade em Pesquisa e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

especially the physical performance, which emphasizes only the fittest students, excluding the others. The assessment should be referred by the teachers to make a critical understanding and autonomous creation of body expression, of spirit of collectivity, of practices that will favor the production of meanings, knowledge, experience, allowing the individual his participation as a social being that is constituted through a process of production relations of human life in its entirety. The teacher must use new methods, different learning resources, and diverse instruments of evaluation. Evaluation in Physical Education will must permeate the dimensions of knowledge: conceptual, procedural and attitudinal effectively, in order to chance the effective learning of the student.

Keywords: School assessment. Physical Education. Learning.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a avaliação escolar no cenário educacional apresentam ponderações que vão ao encontro das necessidades de aprendizagem dos alunos. Necessidades essas que devem ser continuamente observadas para que o docente trace as intervenções pedagógicas adequadas à realidade encontrada. Assim, torna-se importante repensar a avaliação na disciplina de Educação Física escolar, com vistas a oportunizar a efetiva aprendizagem do educando, tendo em vista a visão equivocada do ato de avaliar, em que prioriza as habilidades técnicas do educando. Este estudo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre as quais possamos refletir acerca da avaliação escolar, especificamente na disciplina curricular acima mencionada, utilizando um aporte teórico condizente para sua fundamentação.

A primeira parte do artigo trata da importância da avaliação na escola, tendo em vista a aprendizagem do aluno, já a segunda destaca a avaliação na disciplina de Educação Física escolar discutindo sua importância no processo de ensino e de aprendizagem, com o intuito de oportunizar a formação integral do educando.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA ESCOLA

A avaliação da aprendizagem é um dos pontos mais importantes no contexto escolar, visto que, é nesse momento que o professor consegue avaliar o progresso do aluno em relação à aprendizagem dos conteúdos de ensino. O processo avaliativo deve ter como objetivo central a própria aprendizagem dos educandos, sendo um indicativo das necessidades dos mesmos, bem como um alerta para o docente, pois é por meio do resultado da avaliação que se processa a intervenção pedagógica. Dessa forma, a avaliação escolar tem o intuito de identificar o que o aluno aprendeu, aquilo que ele precisa saber, e também suas dificuldades para aprender.

Assim, avalia-se para identificar as falhas no processo de ensino e de aprendizagem a fim de buscar intervenções para corrigir os erros, para avaliar a prática docente e reformulá-la, com vistas a repensar novas estratégias de trabalho. Com isso, entende-se que o processo avaliativo deve diagnosticar dificuldades na aprendizagem dos educandos com o objetivo de traçar caminhos para saná-las.

Outro ponto de extrema relevância para que sejam alcançadas as perspectivas para uma reforma educacional que atenda a formação integral do aluno, preparando-o para intervir criticamente na sociedade, é um tipo de avaliação que deve se contrapor à

avaliação pontual, tradicional, ou melhor dizendo, arcaica, ainda presente no sistema educacional, onde o ato de avaliar é concebido como momentos isolados, sem continuidade. Nesse sentido, o professor não proporciona meios para que o aluno avance e adquira autonomia no processo de construção do próprio conhecimento.

À guisa de estabelecermos a diferença entre os termos tradicional e arcaico anteriormente citados, nos apoiaremos nas explicações de Cortella, que pontua que o tradicional deve ser resguardado, ou seja, apoia-se na ideia que práticas consideradas tradicionais são eficientes em algum momento para fortalecer o processo educativo. Como exemplo, destaca a “[...] dedicação mais cuidadosa aos conteúdos e o fortalecimento do papel do docente na relação ensino/aprendizagem [...].” (CORTELLA, 2008, p. 152). Já o termo arcaico, de acordo com o autor, está associado a deixar à margem do processo de ensino e aprendizagem a capacidade do aluno na produção de conhecimentos, a desvalorização das suas vivências extra-escolares e a ênfase em conteúdos muitas vezes considerados universais que devem ser transmitidos a todo custo ao educando sem priorizar os conhecimentos prévios oriundos da sua realidade.

Mediante o acima exposto, a avaliação pontual mencionada, converge com o significado de uma prática avaliativa arcaica, onde o aluno é avaliado somente ao final dos bimestres, por meio de provas, testes ou outros instrumentos que muitas vezes não conseguem ser elaborados de maneira apropriada, relacionando-se com o que o docente ensina na sala de aula e ainda desconsiderando os conhecimentos trazidos pelo educando para o interior da escola. Compartilhando com essa ideia, Hoffmann (2005, p. 29) destaca que “essa prática desconsidera a importância da reciprocidade na ação educativa” e, conseqüentemente, descaracteriza o ensino. Para evitar essa descaracterização, Nogueira (1998, p. 25) apresenta como devem ser as avaliações propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] estas devem acontecer de forma contínua e sistemática, muito mais voltada às interpretações qualitativas do que quantitativas, propiciando desta forma um instrumento para os alunos tomarem consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para novas jornadas no processo de aprender.

No mesmo sentido, a de Diretrizes e Bases da educação/LDB n. 9394/96, em seu Art. 25, inciso V, alínea a (BRASIL, 1996), aponta que para verificar o rendimento escolar faz-se necessário uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos [...]”.

Dessa maneira, para efetivar uma prática contínua e sistemática de avaliação, os docentes precisam entender seu sentido, que é o de diagnosticar os conhecimentos que os educandos trazem para o espaço da escola propiciando a (re) construção dos mesmos. Enfatizamos também que o ato de avaliar auxilia o professor a verificar se os objetivos estão sendo alcançados, para conseqüentemente, modificar, reavaliar e reelaborar estratégias de ensino que possam não estar contribuindo para a aprendizagem do aluno, promovendo também, uma oportunidade para autoavaliação do seu fazer docente.

A interpretação de Luckesi (1992, p. 125) pontua que a avaliação “[...] como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação”.

A avaliação como crítica de percurso deve levar em consideração as dimensões afetiva, social e psicológica do aluno, além da cognitiva, comumente priorizada no cotidiano escolar. O movimento da Escola Nova (século XX), por exemplo, em sua proposta inovadora, já entendia que o desenvolvimento do educando ia além da sua área cognitiva. Nesse sentido, é importante também a avaliação socioafetiva que inclui a participação, o interesse, a iniciativa, a responsabilidade, a interação com o grupo de trabalho, a criatividade, a construção da sua autonomia. E tudo isso nada mais é do que a base para a construção do conhecimento.

Ao entender o aluno como um sujeito integral, com suas diferenças individuais e necessidades próprias, cabe ao professor avaliar por meio de diferentes instrumentos avaliativos, pois, desta forma, terá maior possibilidade para atender a heterogeneidade do grupo de alunos. Também terá mais chances para firmar um compromisso com todos os educandos, respeitando suas diferenças individuais e também o ritmo e as diferentes maneiras que tem para aprender. Reafirmando o anteriormente citado, Nogueira (2008, p. 52) explicita que “[...] existem alunos que preferem redigir os textos (linguística), outros optam por realizar os cartazes, as maquetes, os cenários, os painéis, etc”.

Assim, a perspectiva para a educação e para a avaliação, vai ao encontro de uma educação integral com práticas avaliativas que consigam se estabelecer de maneira contínua no processo de ensino e de aprendizagem, com a intenção de mudar e/ou reajustar as ações pedagógicas. Enfim, a avaliação não deve ter mais um caráter meramente classificatório.

Ao encontro dessa perspectiva no campo da avaliação, fazemos uma relação com a Educação Física escolar, pois, acreditamos que existe a necessidade de avançarmos rumo à mudança de práticas avaliativas que ainda priorizam a aprendizagem das técnicas dos esportes, dos movimentos padronizados, em detrimento dos movimentos criativos, da criticidade, da expressão corporal individual, o que ocasiona muitas vezes a exclusão de alunos considerados não aptos para a prática esportiva, questão que não vai ao encontro dos objetivos educacionais mais amplos, em que concebemos o aluno como ser humano integral.

A AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: QUE TIPO DE AVALIAÇÃO QUEREMOS?

A avaliação nas aulas de Educação Física escolar deve considerar a totalidade do educando nas dimensões afetiva, cognitiva, psicológica e social. Nesse sentido, a avaliação deve caminhar do lado oposto às práticas de ensino que enfatizam a memorização, a cópia, o treinamento, o desrespeito à diversidade, as competências individuais e principalmente o rendimento físico, na qual destaca apenas os alunos mais aptos nas aulas de Educação Física, levando os menos aptos a exclusão.

Importante salientar que o tipo de avaliação arcaica, ultrapassada, utilizada muitas vezes não só pelo professor de Educação Física, mas também por docentes de outras áreas do conhecimento é expressa por Luckesi (2001, p. 34) como “[...] o julgamento de valor sobre o objeto avaliado [...] visto que [...] passa a ter a função estática de classificar um objeto ou ser humano histórico num padrão determinado”. Nesse contexto, a avaliação passa a ser realizada da mesma forma para todos os alunos,

como se fosse possível aprender em um único ritmo, ao mesmo tempo e nas mesmas condições.

Para evitar avaliações padronizadas que não compreendem o aluno como um sujeito integral, a prática avaliativa em Educação Física precisa ser compreendida como diz Soares et. al. (1992, p. 108) “[...] como uma categoria explicativa que ordena, compreende e expressa uma realidade empírica que tem múltiplas determinações”. Esta deve ser aplicada aos alunos, pelo professor, com o intuito de desenvolver a consciência crítica, a criação autônoma de expressão corporal, o espírito de coletividade, ou seja, por meio de práticas que vão privilegiar a produção dos sentidos, do conhecimento e da experiência, possibilitando ao aprendiz sentir-se ativo e participativo no mundo no qual está inserido, como um ser social capaz de exercer sua cidadania.

Essa afirmação fundamenta-se em Soares et al. (1992, p. 111) quando enfatizam que a avaliação deve buscar “[...] o trato articulado do conhecimento, de forma a possibilitar uma nova lógica de pensar do aluno”. Lógica que permita durante suas vivências e elaborações a constatação, interpretação, compreensão e explicação da realidade a partir da cultura corporal.³

O acima exposto nos faz reportar ao importante papel dos professores que, de acordo com Freire (1996, p. 131, grifo do autor), é o de:

Lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação, do que-fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo, da libertação e não da domesticação. Avaliação em que estimule o falar *a* como caminho do falar *com*.

Mediante a essas ideias estabelece-se a importância de uma avaliação que seja dialógica, questionadora, investigativa, que oportunize atender as necessidades dos alunos, e no caso da Educação Física escolar, uma avaliação que privilegie suas diversas linguagens e dimensões. Reafirmando essa explicação, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física pontuam que “Não se trata mais daquela avaliação padronizada que espera o mesmo resultado de todos”. (BRASIL, 2001, p. 55).

Para tanto, a avaliação no processo de ensino e de aprendizagem na disciplina de Educação Física, deve acontecer em dois níveis de conhecimento, onde o primeiro diz respeito:

[...] à observância do grau de acervo corporal do aluno. [...] o grau de apropriação por ele obtida das diferentes formas de se movimentar através das atividades corporais. [...] saber o quanto o acervo corporal do aluno sofreu modificações. (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 63).

É importante nesse primeiro nível observar quão qualitativos e quantitativos foram os avanços dos alunos obtidos a partir do diagnóstico inicial e durante o processo de ensino e de aprendizagem.

Como exemplos de avanço **quantitativo**, transcrevemos as tentativas realizadas pelo educando para aprender uma destreza motora complexa – lançar a bola com a mão direita e pegar com a mão esquerda, identificar e contar o tempo rítmico em uma música, entre outros. Como exemplos de avanço **qualitativo**, apresentamos sua superação consciente do medo em realizar uma atividade complexa – saltar sobre um

³ Cultura corporal é o resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser traçados e transmitidos para os alunos na escola. (SOARES et.al., 1992, p.39).

obstáculo, saber diferenciar a cultura nos mais variados estilos de danças regionais, entre outros.

Além da compreensão do primeiro nível de conhecimento, citado anteriormente que, nos faz ter um olhar diferenciado sobre a produção corporal dos alunos que deve ser considerada no processo avaliativo durante as aulas de Educação Física na escola, Castellani Filho (1998, p. 63) apresenta também o segundo nível que diz respeito:

[...] ao grau de apreensão do significado histórico-social dos elementos da cultura corporal, por parte dos alunos. Nele buscamos avaliar sua compreensão acerca dos valores éticos-políticos que formam e informam nossa cultura.

Assim, perante as ideias do autor, a metodologia de ensino deve proporcionar aos alunos nas aulas de Educação Física escolar a aprendizagem dos conteúdos como o jogo, a dança, o esporte, a ginástica e as lutas, de forma que o professor contextualize a todos, mostrando o sentido e o significado de cada um, com vistas a oportunizar o acompanhamento do primeiro e segundo níveis de conhecimento, do grau de desenvolvimento, e não o desempenho mecânico do aluno.

Os avanços **quantitativos** e **qualitativos** anteriormente citados devem ser observados desde a avaliação diagnóstica, e ao longo do trajeto do processo de ensino e de aprendizagem como um *feedback* para a autoavaliação da prática pedagógica docente.

Esse *feedback* oportunizado pela avaliação é importantíssimo para que o professor de Educação Física estabeleça critérios avaliativos condizentes com os objetivos traçados ao longo do ano letivo. Todavia, os critérios de avaliação ainda são pouco ou quase nada estabelecidos pelo professor e explicados ao educando que, inúmeras vezes não sabe como, o porquê e para quê será avaliado.

Corroborando com a explicação acima, a avaliação passa a ser realizada para atender a critérios que vão ao encontro apenas das atitudes, como o interesse, a participação nas aulas, o respeito aos colegas, entre outras. E isso torna a avaliação segundo Betti e Zuliani (2002, p. 79):

[...] pouco transparente ao aluno, à comunidade escolar e ao próprio professor, se este não efetuar uma *reflexão crítica* sobre os processos de mediação, já referidos, que ocorrem na avaliação. Ser capaz dessa reflexão é talvez mais importante do que dominar instrumentos técnicos de medida sofisticados, porém no mais das vezes, irrealizáveis na prática.

Nesse sentido torna-se necessário que o professor de Educação Física estabeleça critérios de avaliação que sejam claros para todos os sujeitos do processo.

Como a avaliação em Educação Física escolar de maneira errônea tende a priorizar os conteúdos atitudinais⁴ e procedimentais⁵, os conceituais⁶ são pouco explorados. Mediante o exposto, Betti e Zuliani (2002) propõem que para a aprendizagem dos conteúdos conceituais e também para a autoavaliação da prática pedagógica docente:

A avaliação deve ser contínua, compreendendo as fases que se convencionou denominar diagnóstica ou inicial, formativa e somativa.

⁴ Atitudinais são os conteúdos que correspondem a atitudes e normas.

⁵ Procedimentais são os conteúdos que envolvem ações ordenadas com um fim, ou seja, direcionados a realização de um objetivo.

⁶ Conceituais são os conteúdos que se relacionam aos fatos, acontecimentos, dados, nomes e códigos. (COLL, 1994).

[...] deve englobar os domínios cognitivos, afetivo ou emocional, social e motor. [...] referir-se às habilidades motoras básicas, ao jogo, esporte, dança ginástica. [...] a qualidade dos movimentos apresentados pelo aluno, e aos conhecimentos a ele relacionados. [...] aos conhecimentos científicos relacionados à prática das atividades corporais de movimento. [...] levar em conta os objetivos específicos propostos pelo programa de ensino. [...] deve operacionalizar-se na aferição da capacidade do aluno expressar-se, pela linguagem escrita e falada, sobre a sistematização dos conhecimentos relativos a à cultura corporal de movimento, e da sua capacidade de movimentar-se nas forma elaborada por essa cultura (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 79, grifo dos autores).

As ideias do autor devem ser consideradas no processo avaliativo, pelo professor de Educação Física e materializadas em registros, como diários, portfólios, fichas que podem ser utilizadas para anotações acerca da aprendizagem do aluno. Como instrumentos avaliativos o docente pode propor provas escritas, trabalhos, autoavaliação, resoluções de problemas, construção e apresentação de coreografias de dança, de seqüências de ginástica, do desenvolvimento de um jogo, da prática de esportes individuais e coletivos, entre outros. Para tanto, é necessário uma sintonia entre esses instrumentos com o ensino propriamente dito, com o nível de desenvolvimento dos alunos, e com o conteúdo a ser ministrado pelo professor.

Nesse sentido, apresentaremos como exemplo uma aula de Educação Física para o 4º ano do Ensino Fundamental, onde o professor propõe a vivência de um jogo intitulado "bandeirinha", jogado de forma tradicional. Em seguida, solicita aos alunos que discutam em grupos a criação de novas regras ou novas formas de desenvolvimento do jogo. Solicita também que realizem uma pesquisa na Internet (em sites previamente navegados e escolhidos pelo professor, como forma de orientá-los seguramente para que ocorra a aprendizagem), sobre o referido jogo, para que os alunos apresentem em forma de seminário para os demais colegas. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem deverá verificar a compreensão dos educandos sobre as formas de jogar, sobre as regras criadas por eles e sobre as informações adquiridas por meio da pesquisa, com vistas a convertê-las em conhecimentos.

Como mais um exemplo elaboramos uma possibilidade de aula para o 7º ano do Ensino Fundamental, onde o professor oportunizará ao aluno a vivência do esporte handebol, por meio do ensino das táticas de ataque e defesa, além de dialogar sobre as atitudes de respeito e civilidade que devem ter com o adversário, em uma partida e também fora dela.

As duas possibilidades de aulas acima descritas mostram que os jogos e os esportes são considerados excelentes oportunidades para observar como os alunos se comportam socialmente, isto é, se cooperam com seus pares em situação do jogo, se respeitam as regras estabelecidas por eles mesmos e por outros, e, principalmente, como conseguem se apropriar da aprendizagem dos conceitos tratados nos conteúdos específicos da Educação Física. Nessa direção de pensamento, Soares et al. (1992) salientam que não há espaço para práticas mecânicas de avaliação como, por exemplo, a aplicação de testes nas aulas durante a prática de esportes. E ainda conforme o autor, as práticas avaliativas devem ser desenvolvidas em uma perspectiva de identificação e superação de conflitos ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. Para tanto, é fundamental o esforço crítico e criativo dos alunos, além das orientações e mediação do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual, de rápidas transformações que ocorrem na sociedade vem repercutir na escola a necessidade de mudança nas práticas avaliativas, tendo em vista a formação integral do educando. Com isso, a disciplina curricular Educação Física e os professores precisam fundamentar-se teoricamente para legitimar sua importância para a sociedade e também para toda comunidade escolar sobre o seu *saber-fazer*, com vistas a diminuir também, o espaço entre a teoria e a prática.

Para legitimar a importância deste componente curricular, o docente deve utilizar novas metodologias, diferentes recursos pedagógicos, além de diversos e diferenciados instrumentos de avaliação. Nesse contexto, ele precisa assumir o papel de mediador perante os erros e/ou dificuldades apresentadas pelos alunos, com o objetivo de descobrir os caminhos percorridos por eles ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. Outro aspecto relevante é que a avaliação da aprendizagem em Educação Física escolar deverá contemplar os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais de forma eficaz, com o intuito de oportunizar a efetiva aprendizagem do educando.

Destarte, o docente deverá considerar o aluno em suas dimensões afetiva, cognitiva, psicológica e social e ainda divulgar previamente os critérios com que o mesmo será avaliado a cada conteúdo ensinado. Para tanto, os instrumentos de avaliação utilizados pela escola e pelo professor precisam ser diversificados para contemplar todas as linguagens do educando e não somente a corporal por meio das habilidades técnicas dos esportes, ainda priorizada nas aulas de Educação Física escolar, pois, entendendo a heterogeneidade do grupo de alunos, terá a possibilidade de enxergá-los como sujeitos que precisam se formar integralmente, a partir de todas as suas dimensões e necessidades, para alcançar a efetiva aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BETTI, M.; ZULIANI, R. L. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 73-81, 2002.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998. (Polêmicas do nosso tempo).

COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CORTELLA, M. S. **A Escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Leitura).

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, C. **Planejamento e avaliação na escola**: articulação e necessária determinação ideológica. *Idéias*, n. 15, 1992.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, N. R. **Uma prática para o desenvolvimento das múltiplas inteligências**: aprendizagem com projetos. São Paulo: Érica, 1998.

_____. **Pedagogia de projetos**: etapas, papéis e atores. São Paulo: Érica, 2008.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992 (Magistério 2º grau. Série formação de professores).